

Atena
Editora
2019

Denise Pereira
(Organizadora)

Diversidades: Diferentes, não Desiguais 3



Denise Pereira
(Organizadora)

Diversidade: Diferentes, não Desiguais 3

Atena Editora
2019

2019 by Atena Editora

Copyright © da Atena Editora

Editora Chefe: Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Diagramação e Edição de Arte: Lorena Prestes e Karine de Lima

Revisão: Os autores

Conselho Editorial

Prof. Dr. Alan Mario Zuffo – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Constantino Ribeiro de Oliveira Junior – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Darllan Collins da Cunha e Silva – Universidade Estadual Paulista
Profª Drª Deusilene Souza Vieira Dall’Acqua – Universidade Federal de Rondônia
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Profª Drª Juliane Sant’Ana Bento – Universidade Federal do Rio Grande do Sul
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Prof. Dr. Jorge González Aguilera – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)

D618 Diversidade [recurso eletrônico] : diferentes, não desiguais 3 /
Organizadora Denise Pereira. – Ponta Grossa (PR): Atena
Editora, 2019. – (Diversidade: Diferentes, Não Desiguais; v. 3)

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia.

ISBN 978-85-7247-092-6

DOI 10.22533/at.ed.926190502

1. Ciências sociais. 2. Igualdade. 3. Psicologia social.
4. Tolerância. I. Pereira, Denise. II. Série.

CDD 302

Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de
responsabilidade exclusiva dos autores.

2019

Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos
autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

www.atenaeditora.com.br

APRESENTAÇÃO

Em pleno século XXI deveria ser natural vivenciar a diversidade, pois aceitá-la não é apenas conseguir lidar com gêneros, cores ou orientações sexuais distintas, mas principalmente respeitar ideias, culturas e histórias de vida diferentes da sua.

A intolerância muitas vezes manifestada em virtude de uma generalização apressada ou imposta por uma sociedade, leva ao preconceito. E, esse preconceito leva as pessoas a fazerem juízo de valor sem conhecer ou dar oportunidade de relacionamento, privando-as de usufruir de um grande benefício: aprender e compartilhar ideias com pessoas diferentes.

A partir da discussão de conceitos de cor, raça, gênero, que nada mais é do que um dispositivo cultural, constituído historicamente, que classifica e posiciona o mundo a partir da relação entre o que se entende como feminino e masculino, negro e branco, os autores deste livro nos convidam a pensar nas implicações que esse conceito tem na vida cotidiana e como os arranjos da diversidade podem muitas vezes restringir, excluir e criar desigualdade.

Boa leitura

Denise Pereira

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1	1
CHIMAMANDA NGOZI ADICHIE – NARRATIVAS QUE ROMPEM COM AS FRONTEIRAS DA IDENTIDADE	
Ana Claudia Oliveira Neri Alves Algemira de Macedo Mendes	
DOI 10.22533/at.ed.9261905021	
CAPÍTULO 2	14
COMUNIDADE QUILOMBOLA CONTENTE: TRAÇOS DA MEMÓRIA	
Francisca das Chagas da Silva Alves Maria Jorge dos Santos Leite	
DOI 10.22533/at.ed.9261905022	
CAPÍTULO 3	25
DO CANDOMBLÉ ÀS CIÊNCIAS MÉDICAS: CUIDADO, CURA E EDUCAÇÃO MÉDICA SUSTENTÁVEL	
Luysa Gabrielly de Araujo Moraes Regina Moraes da Silva Araujo	
DOI 10.22533/at.ed.9261905023	
CAPÍTULO 4	34
ENTRE LITERATURA E PSICANÁLISE: RACISMO E SEXUALIDADE EM ANJO NEGRO DE NELSON RODRIGUES	
Maria Aparecida Nascimento de Almeida	
DOI 10.22533/at.ed.9261905024	
CAPÍTULO 5	45
FRUIÇÃO E MAGIA: DO SILENCIAMENTO À VISIBILIDADE NEGRA NA LEITURA DE LIVROS DE LITERATURA DE TEMÁTICA DA CULTURA AFRICANA E AFRO-BRASILEIRA NA EDUCAÇÃO INFANTIL	
Sara da Silva Pereira Vanessa de Senia Monteiro Carneiro	
DOI 10.22533/at.ed.9261905025	
CAPÍTULO 6	55
MÍDIA E NEGRITUDE: O USO DOS FILMES NA (DES) CONSTRUÇÃO DE ESTEREÓTIPOS	
Izaque Pereira de Souza Teresa Kazuko Teruya Wellington Junior Jorge	
DOI 10.22533/at.ed.9261905026	
CAPÍTULO 7	67
O RISO E O LÚDICO NA CONSTRUÇÃO IDENTITÁRIA AFRO-BRASILEIRO NOS POEMAS SATÍRICOS DE LUIZ GAMA	
Josineide Carvalho Costa Herasmo Braga de Oliveira Brito	
DOI 10.22533/at.ed.9261905027	

CAPÍTULO 8 79

PRECONCEITO RACIAL VIVENCIADO PELA PERSONAGEM CLARA DOS ANJOS NO ROMANCE HOMÔNIMO DE LIMA BARRETO

[Leonice Rosa da Cunha Abreu](#)

[Zenaide Lima de Sousa](#)

[Elio Ferreira Souza](#)

DOI 10.22533/at.ed.9261905028

CAPÍTULO 9 82

RELAÇÕES SOCIAIS DO BRASIL: DO COMÉRCIO ESCRAVISTA DO SÉCULO XVIII AO COMÉRCIO SOLIDÁRIO DO SÉCULO XXI

[João Batista Romualdo Alves](#)

DOI 10.22533/at.ed.9261905029

CAPÍTULO 10 87

UMA ÁFRICA VIVA EM SALA DE AULA: OFICINAS DE AFROSABERES

[Hinara Dias Juca](#)

[Leididaiane Inácio de Sá](#)

[Ana Técia de Lima](#)

DOI 10.22533/at.ed.92619050210

CAPÍTULO 11 95

VIDA E MORTE QUILOMBOLA

[Adelmir Fiabani](#)

DOI 10.22533/at.ed.92619050211

CAPÍTULO 12 109

LA LECTURA INMAGÉTICA VIRTUAL IDEOLÓGICA Y GLOBALIZADA DE ÁFRICA

[Sérgio Rodrigues de Souza](#)

[Liliane Rodrigues de Araújo](#)

DOI 10.22533/at.ed.92619050212

CAPÍTULO 13 116

VISÕES CRÍTICAS SOBRE O PRECONCEITO RACIAL NA ESCOLA COM BASE NAS AÇÕES AFIRMATIVAS E PRÁTICAS PEDAGÓGICAS CONTEMPORÂNEAS

[Cláudio José Araújo Silva](#)

DOI 10.22533/at.ed.92619050213

CAPÍTULO 14 124

CORPOS DEFICIENTES E DIFERENTES: DISCURSO SOBRE A DIVERSIDADE E A POLÍTICA DE INCLUSÃO NO PLANO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

[Terezinha Richartz](#)

DOI 10.22533/at.ed.92619050214

CAPÍTULO 15 133

HISTÓRIA, AÇÕES E REPERCUSSÕES DO PROGRAMA NACIONAL DE EDUCAÇÃO NA REFORMA AGRÁRIA

[Deyse Morgana das Neves Correia](#)

DOI 10.22533/at.ed.92619050215

CAPÍTULO 16	147
INTERFACES DAS PRÁTICAS DOCENTES COM A LEI 10.639/2003 NO IFCE/CAMPUS JUAZEIRO DO NORTE	
Maria Virilândia de Moura Luz Erivana D’Arc Daniel da Silva Ferreira Rosilêa Agostinha de Araújo Marcus Vinicius de Oliveira Brasil	
DOI 10.22533/at.ed.92619050216	
CAPÍTULO 17	157
NOVAS CONFIGURAÇÕES FAMILIARES: COMO A ESCOLA CONTEMPORÂNEA LIDA COM ISSO	
Angela Maria Venturini Emília Naura Santos Bouzada Alexandra Sudário Galvão Queiroz	
DOI 10.22533/at.ed.92619050217	
CAPÍTULO 18	167
NOTAS PARA O DEBATE SOBRE EDUCAÇÃO DO CAMPO E FORMAÇÃO DOCENTE	
Patrícia Fernanda da Costa Santos Luciélío Marinho da Costa	
DOI 10.22533/at.ed.92619050218	
CAPÍTULO 19	182
O JOGO MANCALA – UMA PROPOSTA INTERDISCIPLINAR PARA UMA ABORDAGEM EM HISTÓRIA DA MATEMÁTICA	
Denise Aparecida Enes Ribeiro José Augusto Pereira Nogueira	
DOI 10.22533/at.ed.92619050219	
CAPÍTULO 20	189
PROJETO PEDAGÓGICO, CONCEPÇÕES E FUNDAMENTOS DE EDUCAÇÃO: UMA ANÁLISE DE ESCOLA DO CAMPO NO MUNICÍPIO DE SANTA RITA	
Daniele De Souza Farias	
DOI 10.22533/at.ed.92619050220	
CAPÍTULO 21	203
O CORPO NA EXPOSIÇÃO “BOSQUE” DE VELICASTELO	
Guilhermina Pereira da Silva	
DOI 10.22533/at.ed.92619050221	
CAPÍTULO 22	212
LEITURAS DO CORPO EM TRÊS OBRAS DE HELONEIDA STUDART	
Juliana Braga Guedes	
DOI 10.22533/at.ed.92619050222	
CAPÍTULO 23	222
MÍDIA E POLÍTICA: A LEGITIMAÇÃO DO SEXISMO	
Jucirleia Ferreira de Medeiros Chaves Joselito Santos Tatiana Cristina Vasconcelos	
DOI 10.22533/at.ed.92619050223	

CAPÍTULO 24	228
A EXTENSÃO COMO POTENCIALIDADE NA DES/CONSTRUÇÃO DE SUJEITOS	
Cláudio Orlando Gamarano Cabral	
Marilda de Paula Pedrosa	
Michele Priscila Gonçalves dos Santos	
DOI 10.22533/at.ed.92619050224	
CAPÍTULO 25	234
“NOVO MUNDO”: ENTRE A CARICATURA E A VEROSSIMILHANÇA	
Maria Luand Bezerra Campelo	
Vanessa de Carvalho Santos	
DOI 10.22533/at.ed.92619050225	
CAPÍTULO 26	244
ESTÉTICA DA DISSIMULAÇÃO: A ESTÉTICA PERIFÉRICA DE MACHADO DE ASSIS	
Natalino da Silva de Oliveira	
Joelma de Fátima da Costa Neves de Oliveira	
DOI 10.22533/at.ed.92619050226	
CAPÍTULO 27	254
LUTA E RESISTÊNCIA NA TRAJETÓRIA DE JOÃO NERY: [TRANS]PASSANDO A DITADURA CIVIL-MILITAR BRASILEIRA	
Rafaela Costa de Azevedo	
Michelly Pereira de Sousa Cordão	
DOI 10.22533/at.ed.92619050227	
CAPÍTULO 28	267
O ABC DE PATATIVA DO ASSARÉ ENSINANDO SOBRE MEMÓRIA E TRADIÇÃO NO NORDESTE FLAGELADO	
Eduarda Maria Moreira Lopes	
DOI 10.22533/at.ed.92619050228	
CAPÍTULO 29	277
NO SEU PESCOÇO, UMA ANÁLISE DO DISCURSO NO CONTO DE CHIMAMANDA NGOZI ADICHIE	
Solange Maria Morais Teles	
Rebeca de Alcântara e Silva Meijer	
Antonia Leda Morais de Paula	
DOI 10.22533/at.ed.92619050229	
CAPÍTULO 30	285
IDENTIDADES AO LÉO: UMA LEITURA DE “PONCIÁ VICÊNCIO” E DE “O VENDEDOR DE PASSADOS”	
Leonardo Gomes de Souza	
Lídia Maria Nazaré Alves	
Fernanda Soares Wenceslau	
DOI 10.22533/at.ed.92619050230	
SOBRE A ORGANIZADORA	293

LUTA E RESISTÊNCIA NA TRAJETÓRIA DE JOÃO NERY: [TRANS]PASSANDO A DITADURA CIVIL-MILITAR BRASILEIRA

Rafaela Costa de Azevedo

Universidade Federal de Campina Grande
Campina Grande - PB

Michelly Pereira de Sousa Cordão

Universidade de São Paulo
São Paulo – SP

RESUMO: A partir dos discursos presentes nas obras autobiográficas do transhomem João Nery, propõe-se uma reflexão sobre a trajetória histórica desse transexual, enfatizando o seu processo de (re)aprendizagem acerca dos papéis de gênero, incluindo sua adaptação em níveis sociais e individuais, contextualizada durante os anos finais de um período bastante conturbado da história política brasileira – a Ditadura Civil-Militar. Tais fontes autobiográficas foram analisadas enquanto narrativas de acontecimentos imbuídas de significados para quem os vivenciou, possibilitando uma discussão acerca dos vínculos sociais e históricos relacionados à forma como João Nery propôs que sua trajetória fosse lembrada. Para atribuir sentido a estas interações, trabalhando a partir da perspectiva dos Estudos Culturais, utiliza-se os diálogos teóricos e metodológicos fornecidos principalmente por Judith Butler, Michel Foucault, Berenice Bento, Stuart Hall e Michael Pollak.

PALAVRAS-CHAVE: Identidade de gênero; João Nery; Transexualidade; Transhomem.

ABSTRACT: From the discourses present in the autobiographical works of the trans man João Nery, it is proposed a reflection on the historical trajectory of this transsexual, emphasizing its process of (re)learning about the gender roles, including their adaptation at social and individual levels, contextualized during the final years of a very troubled period of Brazilian political history - the Civil-Military Dictatorship. Such autobiographical sources were analyzed as narratives of events imbued with meanings for those who lived them, enabling a discussion about the social and historical ties related to the way in which John Nery proposed that his trajectory be remembered. To assign meaning to these interactions, working by the perspective of Cultural Studies, used the theoretical and methodological dialogues provided, mainly, by Judith Butler, Michel Foucault, Berenice Bento, Stuart Hall and Michael Pollak.

KEYWORDS: Gender identities; João Nery; Transsexuality; Trans man.

O interesse por uma pesquisa mais aprofundada acerca da temática que envolve a transexualidade surgiu ao assistir *Boys Don't Cry* (1999), filme norte-americano de drama

biográfico. Esta obra cinematográfica retrata parte da vida de Brandon Teena (1972-1993), que, ao mudar-se para uma cidade da Nebraska e adotar uma identidade masculina, é vítima de abuso sexual e assassinado por dois homens, seus conhecidos, quando estes descobrem seu sexo biológico. Seu assassinato, ocorrido na década de 1990, foi um dos mais notórios crimes de ódio dos EUA. A dramatização dessa narrativa baseada em um acontecimento real provocou a reflexão sobre trajetórias de transexuais ao longo da história, tendo em vista que estes precisam lutar diariamente para sobreviver em uma sociedade hostil e preconceituosa.

Nesse sentido, encontramos a trajetória do transexual conhecido pelo pseudônimo de João W. Nery que, em fins da década de 1970, vem a se tornar o primeiro transhomem brasileiro com registro de intervenções cirúrgicas para readequação sexual. Nascido no Rio de Janeiro em 1950, onde viveu até os 27 anos com um corpo de anatomia feminina, Nery passou pelo “processo transexualizador” (BENTO, 2006) no período que corresponde a Ditadura Civil-Militar brasileira (1964-1985). A constante e histórica vigilância, perseguição e silenciamento de homossexuais, transexuais e travestis possui forte ligação com os “valores morais” que envolvem o meio social. No Brasil, a Ditadura foi um momento histórico no qual a existência destes foi colocada na categoria de afronta aos setores conservadores que apoiavam a ordem social fortalecida pelos ideais daqueles que estavam no poder.

Pensando no contexto brasileiro entre as décadas de 1970 e 1980, a partir das narrativas de João W. Nery, presentes nos seus livros *Erro de pessoa: João ou Joana?* (1984) e *Viagem solitária: Memórias de um transexual 30 anos depois* (2011), em diálogo com os conceitos de “performatividade” (BUTLER, 2015) e “identidade cultural” (HALL, 2014), suscita-se uma reflexão a partir dos seguintes questionamentos: durante esse período marcado pela hostilidade à diferença, João Nery utilizou de “performances de gênero” para se inserir no meio social? Como esse transexual constitui para si novas subjetividades ao longo desse período? Que entraves podem ser encontrados ao buscar se inserir entre as relações sociais cotidianas, enquanto integrante de uma sexualidade que “desvia” da heteronormatividade? Tais indagações propõem uma análise reflexiva sobre a generalização de aspectos individuais, que delimitam pessoas e suas vivências dentro de um quadro binário, no qual o órgão sexual de nascimento é responsável por dividir a sociedade entre dois moldes distintos: masculino e feminino.

Durante a maior parte do século XX, a sexualidade humana e os estudos sobre sexo e gênero foram ignorados enquanto objeto de análise das pesquisas sociais. O desejo de que o assunto não adentrasse entre os problemas da vida em sociedade limitou o tema “sexo” ao campo das ciências biomédicas. De acordo com Trindade (2016), apenas recentemente a marginalização da sexualidade está cedendo lugar para uma reflexão política e social.

A década de 1980 aparece como ponto de destaque, inclusive no Brasil, para o início da expansão de pesquisas sociais sobre gênero e sexualidade, abrindo espaço para temáticas como a transexualidade, algo possibilitado, principalmente, pelas

transformações socioculturais relacionadas à visibilidade pública do movimento de luta pelas causas LGBTTT's.

Nesse contexto, os estudos que envolvem figuras homossexuais, travestis e transexuais, enquanto agentes ativos de determinado processo histórico, ainda são escassos e limitados, principalmente quando se refere aos transhomens – indivíduos que foram identificados como meninas no nascimento, mas se identificam com o gênero masculino. Essa constatação possibilita refletir sobre as dificuldades de estudos sobre essas temáticas, a partir dos processos históricos que promoveram o silenciamento e a invisibilidade desses grupos.

Partindo da perspectiva dos Estudos Culturais, entende-se a cultura como uma soma de todas as práticas sociais e suas inter-relações, abrindo espaço para observar as expressões culturais relacionadas ao contexto social das instituições, das relações de poder e da história. Utiliza-se como ponto de partida o conceito de “identidade cultural” discutido por Stuart Hall (2014), que vê as identidades enquanto uma “celebração móvel”, em contínua (trans)formação, relacionada as formas de representação que estão dispostas nos sistemas culturais de uma determinada sociedade, historicamente definida a partir das diferenças com o outro.

Pensando a relação de uma identidade individual com o seu meio social, no campo da construção de si, do corpo e da sexualidade, torna-se perceptível como as “políticas governamentais” geram efeitos que organizam a vida em sociedade, a partir de técnicas que conduzem aos outros e a si próprio. Foucault (1993) argumenta que a ação governamental no Ocidente se estabeleceu a partir de três ideias: a cristã de poder pastoral responsável pelos indivíduos, a razão de Estado que surge no século XVI, e uma série de instrumentos estatais que formariam nos séculos XVII e XVIII o dispositivo de polícia. A fusão destas três matrizes levou à constituição de uma noção de governo imbuída de elementos racionalizados de condução e direção dos indivíduos, a qual o autor denominou de “governamentalidade”.

Além disso, as reflexões envolvem a seletividade dos discursos que estão presentes nas relações cotidianas, no que diz respeito ao prazer e ao sexo, atingindo as condutas dos indivíduos e formulando modos “normais” e/ou aceitos de viver (FOUCAULT, 1988).

Em sua obra *Problemas de gênero* (2015), Judith Butler problematiza a ordem vigente em nossa sociedade, que exige a coerência total entre sexo-gênero-desejo obrigatoriamente heterossexuais. Trabalha-se com o conceito de “performances de gênero” enquanto criações sociais que diferenciam os corpos sexualizados em uma dicotomia entre o que seria natural (sexo) e cultural (gênero). Nesse sentido, o gênero assume posição de “tecnologia social heteronormativa”, no qual o lugar privilegiado de poder é atribuído a heterossexualidade. Ao analisar a trajetória narrada por João Nery em suas autobiografias, observa-se as vivências e conflitos experienciados por ele, assim como as influências e imposições dos padrões sociais.

Do ponto de vista temático, no livro *A reinvenção do corpo* (2006), Berenice Bento

reafirma as ideias anteriores, explicando como a emergência da experiência transexual tem suas origens nas articulações históricas e sociais que produzem corpos-sexuados de matriz heterossexual. Essa obra oferece contribuições teóricas e metodológicas relevantes, ao fazer uma investigação que também toma como ponto de partida as experiências pessoais de transexuais – nesse caso específico, mulheres trans – na busca/luta pela inserção no convívio social.

Destaque-se também a obra *Ditadura e homossexualidades* (2014), de Renan Quinalha e James Green, que, a partir de uma extensa análise documental, denuncia as vigilâncias, perseguições, repressões e silenciamentos sofridos pelas sexualidades dissidentes, durante o período ditatorial no Brasil. Quinalha e Green, enquanto organizadores da obra, oferecem um olhar amplo sobre acontecimentos que envolvem a temática, contribuindo na contextualização do período histórico em questão.

O presente artigo encontra-se estruturado a partir de dois tópicos. O primeiro tópico tem por título “João Nery: um homem com T maiúsculo”, nele é debatido a forma como este transexual constitui suas subjetividades a partir das experiências físicas e emocionais vivenciadas. No segundo tópico, intitulado “Limites identitários: a transexualidade na Ditadura brasileira”, a partir das narrativas de João Nery, aborda-se as violências que foram praticadas contra ele e suas “performances de gênero”, enquanto buscava se integrar em diferentes ambientes sociais.

Ao trabalhar com a construção de uma identidade transexual a partir da análise discursiva, as autobiografias (NERY, 1984; NERY, 2011) foram analisadas considerando-se as formas pelas quais os poderes estabelecem ligações com determinados discursos, a fim de produzir efeitos de verdade (FOUCAULT, 1996). Destaca-se também a importância desses documentos particulares que foram narrados a partir de uma linguagem própria, por não se restringirem apenas aos fatos e abordarem também o significado destes para quem os vivenciou. O discurso presente nas obras de João Nery foi observado enquanto uma narrativa de memórias construídas, consciente ou inconscientemente, social ou individualmente, ligadas ao sentimento de identidade (POLLAK, 1992).

JOÃO NERY: UM HOMEM COM T MAIÚSCULO

Uma caminhada de mil léguas começa com o primeiro passo.

Provérbio chinês, Capítulo V (NERY, 1984, p. 138)

Não existe a possibilidade de definição, em termos universais, do que é transexualidade – tanto a feminina quanto a masculina – nos moldes das concepções que os discursos médicos forjaram. Nesse sentido, recorreremos a Berenice Bento, para quem tal experiência é

identitária, caracterizada pelo conflito com as normas de gênero. Essa definição confronta-se à aceita pela medicina e pelas ciências psi que a qualificam como

uma 'doença mental' e a relaciona ao campo da sexualidade e não ao gênero. Definir a pessoa transexual como doente é aprisioná-lo, fixá-lo em uma posição existencial que encontra no próprio indivíduo a fonte explicativa para seus conflitos, perspectiva divergente daqueles que a interpretam como uma experiência identitária (BENTO, 2006, p. 15)

A partir desta concepção, é possível falar de pessoas que, em diferentes contextos sociais e culturais, vivem uma relação conflituosa com o gênero que lhe foi asignado ao nascer, reiterado a partir da socialização, e decidem modificá-lo, em algum momento da vida – não necessariamente de maneira cirúrgica e/ou química. É possível afirmar que essas pessoas, na grande maioria das vezes, enfrentam dificuldades em função da predominância do binarismo de gênero e da matriz heterossexual, que permeia a maior parte das interações sociais. Todavia, vale salientar que a natureza das dificuldades e os dispositivos de enfrentamento não são universais.

No prefácio da obra *Ditadura e homossexualidades*, Carlos Fico argumenta que a ditadura militar brasileira foi marcada por uma mistura de “conservadorismo, moralismo e ânimo punitivos” (2015, p.13). Com o objetivo de “educar” a sociedade, os militares defendiam que fossem corrigidos ou eliminados tudo o que fosse visto como oposição a este princípio. Nesse sentido, a homossexualidade foi vista como uma das portas de entrada para o comunismo – o inimigo. Uma ameaça subversiva ao regime vigente, que representava perigo à “família”, à “moral” e aos “bons costumes”.

Nesse contexto, João Nery iniciou uma batalha, individual e social, para afirmação da sua identidade. Nascido no Rio de Janeiro durante o ano de 1950, onde viveu até os 27 anos atendendo pelo nome de Joana e um corpo anatomicamente feminino, João Walter Nery marca o primeiro registro de um transhomem brasileiro a passar pelos processos cirúrgicos para readequar seu corpo a sua identidade de gênero. As cirurgias para remodelar os seios para “masculinizá-los” (mamoplastia masculinizadora) e remover ou extirpar o útero (pan histerectomia) foram realizadas durante a década de 1970.

Vale salientar que este acontecimento está situado vinte anos antes dessas cirurgias serem legalizadas no Brasil. A legalização desses procedimentos, para as pessoas transexuais, ocorreu inicialmente no sistema privado, em 1997, através da Resolução do Conselho Federal de Medicina nº 1.482. No sistema público de saúde, isso se deu em 2008, através das Portarias 1.707 e 457, que instituiu e regulamentou, respectivamente, o Processo Transexualizador no Sistema Único de Saúde. Nesse contexto, tais procedimentos cirúrgicos eram vistos enquanto “mutilação do corpo”.

Pensando sob o prisma das ideias de Foucault (1996), o discurso médico, nesse caso específico, reflete e produz as representações sociais de um determinado momento histórico, associando papéis de gênero à identidade. Estas ideias podem ser observadas nos discursos de Nery (1984; 2011) quando este tentava entender suas aflições e compreender sua própria sexualidade.

Durante a infância – enquanto ainda era identificado como Joana – João Nery

faz referência a esse período evidenciando o seu estranhamento para com o que lhe estava sendo imposto, e a interferência dessas ações na sua personalidade e comportamento. De acordo com suas palavras, os questionamentos começam a surgir pela falta de compreensão da família em relação aos seus desejos que fugiam do “universo feminino”.

Por estar sempre sendo podado por todos, sem que ninguém compreendesse o que eu era, principalmente porque faziam questão de me ver como nunca fui, tornei-me um ser acuado. Não conseguia entender por que faziam questão de me tratar como se eu fosse uma menina! Sabiam que eu não gostava disso! Por que insistiam em me fazer mal, em me entristecer, em me ridicularizar? Algo estava errado. Restava saber se com eles ou comigo. (NERY, 1984, p. 25)

Em suas narrativas, Nery relata as experiências de discriminação compostas de marcos, como a rejeição do lugar outorgado pelo binarismo de gênero (baseado no seu sexo biológico) e por experiências sociais variadas de sexismo e homofobia em decorrência dessa rejeição (com início na infância, perpassando até a fase adulta). Essas experiências e marcos culminaram na decisão de, em determinado momento da sua vida, reclamar a identidade masculina que por tanto tempo lhe foi negada. Tal decisão parece estar associada não só à possibilidade de obtenção de conforto psíquico, mas também de respeito e reconhecimento social, o que para muitos acaba se tornando a realização de um sonho.

Ao completar oito anos, recebi uma boneca da tia que mais gostava.

– É pra você ninar e cuidar dela, como uma verdadeira mãezinha.

A festa acabou ali.

Na hora de apagar as velinhas, como em muitos outros de meus aniversários, concentrei-me no mesmo pedido: “Quero ser um menino com os outros”. (NERY, 1984, p. 29)

O fragmento dessa narrativa de Nery nos possibilita observar na prática como ocorre, nas formas diretas e indiretas, as construções dos papéis sociais de gênero. Aqui, percebemos a ideia de como o gênero faz parte e permite a “performatividade” discutida por Butler (2015) e reafirmada por Bento (2006). De acordo com as autoras, essas “performances de gênero” são criações sociais que agem na diferenciação dos corpos sexualizados em uma dicotomia entre o natural (sexo) e o cultural (gênero).

Partindo dessa perspectiva, o gênero funciona enquanto “tecnologia social heteronormativa”, no qual o lugar privilegiado de poder é atribuído à heterossexualidade. Buscando esse fim, antes mesmo do nascimento, o corpo é inscrito em um determinado campo discursivo, socialmente construído a partir da sua genitália. Já na infância, os papéis de gênero vão sendo delimitados, atribuindo a cada um (masculino e feminino) características distintas que não devem ser embaralhadas, mesmo que na prática essa barreira não seja intransponível.

As reiteraões, continuadas a partir do que é interpretado através das normas

de gênero, atuam na modelagem da aparência dos corpos, em atos que vão sendo renovados e consolidados na prática e com o tempo. Segundo a autora Berenice Bento,

O corpo é um texto socialmente construído, um arquivo vivo da história do processo de produção-reprodução sexual. [...] A heterossexualidade não surge espontaneamente em cada corpo recém-nascido, inscreve-se reiteradamente por meio de operações constantes de repetição dos códigos socialmente investidos como naturais. O corpo-sexuado e a suposta ideia de complementaridade natural, que ganha inteligibilidade por intermédio da heterossexualidade, representam uma materialidade saturada de significado, não sendo uma matéria fixa, mas uma contínua e incessante materialização de possibilidades, intencionalmente organizada, condicionada e circunscrita pelas convenções históricas (BENTO, 2006, p. 87-88)

Nesse sentido, observa-se a relevância da argumentação realizada por Bento (2006), quando esta afirma que “não há corpos livres, anteriores aos investimentos discursivos”. As instituições familiares, religiosas e, muitas vezes, as de ensino, auxiliam na reprodução dessas “verdades” que vão sendo incorporadas e naturalizadas pelos indivíduos, de forma gradativa. Essa repetição exacerbada cria as normas de gênero, de maneira tão comum e natural que aparentam uma certa a-historicidade.

O corpo transmasculino, ao mesmo tempo em que classifica, ele se molda, transforma, e a cada nova configuração (dose de testosterona, corte de cabelo, cirurgias) renova seu caráter político. Esse corpo integra um campo de classificação social e identitário, que compõe um processo de contínua construção das subjetividades, interligada à masculinidade. Vale salientar que essas percepções do que é masculino, ou da masculinidade, são constantemente fornecidas por informações, símbolos, instituições, mídias, afetos, relações e objetos que, no caso dos transhomens, são relacionados e representativos do oposto do que ele é ensinado para ser. Isso pode ser percebido através da experiência narrada por Nery, ao abordar seu trabalho como taxista (profissão culturalmente atribuída ao meio masculino).

Apesar dessas agruras, foi o táxi que me mostrou mais claramente algo que enquanto mulher jamais pude experimentar: o relacionamento entre dois homens. Há um companheirismo, uma solidariedade, uma espécie de carinho, mesmo quando não são amigos, que eu nunca sentira entre duas mulheres ou mesmo entre um homem e uma mulher. É uma camaradagem, uma expansividade afetiva intensa e espontânea, seja para comemorar o nascimento de um filho ou a vitória de um time (NERY, 1984, p. 98-99)

Pensando os diferentes contextos sociais em que é construída uma “fachada social” (GOFFMAN, 2011), há, também, o manejo de discursos emocionais que encorajam e negociam essas interações de sociabilidade. Essa fachada é um equipamento expressivo, de uso consciente ou não, que auxilia na padronização das características e peculiaridades. Ao analisar o papel social do transhomem na construção de sua representatividade, compreende-se os códigos culturais de gênero

e de como estes são dispostos na sociedade.

Nesse sentido, buscando demonstrar como os gêneros sociais (e as identidades) são produtos das performances locais dos indivíduos, Butler afirma que

o gênero é a estilização repetida do corpo, um conjunto de atos repetidos no interior de uma estrutura reguladora altamente rígida, a qual se cristaliza no tempo para produzir a aparência de uma substância, de uma classe natural de ser. (BUTLER, 2017, p. 69)

A repetição de determinados atos e/ou discursos dão sentido às identidades. Esses atos são, para Butler (2015, p. 235), performativos, pois “a essência ou a identidade que pretendem expressar são fabricações manufaturadas e sustentadas por signos corpóreos e outros meios discursivos”. As performances de gênero são reguladas por normas que estabelecem o comportamento de homens e mulheres. Essas regras limitam as potencialidades dos gêneros, circunscrevendo-os a um binarismo classificatório castrador (BORBA, 2006).

Nesse processo de interação com o meio social, a cirurgia, nesse período, foi vista como único meio de adequação a uma condição que, na prática, já existia. Apesar de ser fundamental, para algumas pessoas, que veem nas modificações cirúrgicas a possibilidade do exercício pleno da vida em sociedade e da auto-realização enquanto indivíduo, seria ilusório pensar que apenas ela funcionaria para solucionar todos os problemas que envolvem esta questão, tendo em vista um contexto social coordenado pelas “normas de gênero”, fortalecido por ideias conservadoras.

A repercussão e patologização do “transexualismo” (conceito utilizado no período em questão), refletem diretamente na vida de transexuais, seja quando os classifica como “doentes” – aqueles que precisam de um tratamento sobre o qual não detém nenhum poder ou controle, e são submetidos às decisões dos profissionais de saúde –, seja por não permitir a esses sujeitos viverem sua identidade de gênero, impossibilitados de reconhecimento social. Nesse sentido, como resultado, cresce o número das vítimas de preconceitos e estigmas, principalmente no que se refere à dificuldade de adotar oficialmente o nome social.

No caso de João Nery, mesmo formado em Psicologia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), por não haver, no período, reconhecimento legal e uma legislação própria para a condição transexual, lhe restou refazer toda sua documentação por conta própria e ilegalmente. Como consequência, perdeu todos os seus direitos anteriores, inclusive o currículo escolar e profissional, sendo colocado na posição de analfabeto. Mesmo assim, João Nery argumenta que “em momento algum, a menor centelha de arrependimento se acendera em mim. O alívio e alegria que sentia eram incalculavelmente maiores do que qualquer imperfeição física.” (NERY, 1984, p. 250)

A lei é como uma bandeirola de um velho campanário, que varia e se move segundo o vento sopra.

Tolstói, Parte III - Capítulo VI, (NERY, 1984, p. 227)

Os anos entre 1964 e 1985 caracterizam um período de exceção no Brasil. De acordo com Napolitano (2014), a liberdade de expressão e de organização tornou-se limitada e quase inexistente durante esse período. O aparato de repressão montado pela ditadura civil-militar de 1964 foi dirigido, explícita e predominantemente, contra os “subversivos” e “comunistas”. Entretanto, também foi montado um aparato de controle moral contra os comportamentos sexuais, tidos como “desviantes”.

A realização da “Marcha da Família com Deus pela Liberdade”, em São Paulo, no dia 19 de março de 1964, serve como demonstração desse conservadorismo de manutenção da propriedade privada e exaltação da família de matriz heterossexual, que predominou no decorrer do período histórico em questão. É nesse contexto que observamos homossexuais, transexuais e travestis sendo vigiadas/os, perseguidas/os e silenciadas/os, pois os “valores morais” da época colocavam sua existência na categoria de afronta aos setores conservadores que apoiavam a ditadura e à ordem social imposta pelo regime militar.

As pesquisas organizadas na obra de Green & Quinalha (2014) acrescentam que houve articulação entre o “anticomunismo” e os valores morais conservadores e reacionários de grande parte da sociedade, resultando na permanência e ampliação de suspeitas direcionadas aos indivíduos que não se incluíam na heteronormatividade – conjunto de prescrições que fundamenta processos sociais de regulação e controle, condicionando todos para serem heterossexuais ou organizarem suas vidas a partir do modelo supostamente coerente, superior e “natural” da heterossexualidade –, interligando “desvio moral” e “subversão”.

A exigência de adequação do conjunto da sociedade ao padrão moral ultraconservador fez com que homossexuais, travestis, prostitutas e outras pessoas consideradas “anormais”, fossem alvos de perseguições, detenções arbitrárias, expurgos de cargos públicos, censura e outras formas de violência.

Em resposta a forte repressão sofrida, a comunidade LGBT passou a criar e fortalecer movimentos de resistência inspirados nas organizações de luta por direitos de homossexuais, surgidas no contexto internacional. No fim dos anos de 1970, diversos grupos começaram a se mobilizar e formar coletivos de enfrentamento à opressão do Estado, e ao preconceito contra a população LGBT, em defesa de seu reconhecimento e de seus direitos. Essa perseguição no período da ditadura foi mais um capítulo na história de violência das quais as sexualidades “dissidentes” foram/são alvos.

Os números trazidos pelo dossiê *A geografia dos corpos das pessoas trans* (2017), organizado pela Rede Trans Brasil, nos permite afirmar que a violência e a

abjeção contra essas pessoas existiam antes da ditadura e não se extinguiram após a “redemocratização”. Segundo Araújo e Nogueira, autoras do artigo “Travestis na ditadura militar”, presente no dossiê:

Em maio de 1980, durante o governo de Paulo Maluf, o delegado José Wilson Richetti assumiu a delegacia seccional do Centro e criou a Operação Cidade, que trazia como finalidade prender traficantes e assaltantes. No dia seguinte, contudo, os jornais publicavam que a maior parte das 152 prisões feitas na operação foram de prostitutas, travestis e homossexuais. (REDE TRANS BRASIL, 2016, p. 20)

A hostilidade contra pessoas que contrariam a heteronormatividade não é um fenômeno natural e universal. Do contrário, ela tem historicidades, pois seus significados são datados. Atenta-se também para as dificuldades enfrentadas por mulheres em meio a uma sociedade conservadora, inclusive ao analisar a trajetória de João Nery que, nascido em um corpo biológico e anatomicamente feminino, se constitui enquanto homem durante os anos finais de um processo que marcou a história do Brasil pela sua repressão e violência.

A partir desse contexto, percebe-se que a transexualidade foi historicamente construída como uma “identidade” que precisa ser corrigida e adequada com base na matriz heterossexual. Nesse sentido, a trajetória de João Nery aparece como um caso pioneiro, de alguém que conseguiu constituir sua identidade trans em meio a um período conturbado da história nacional.

Um dos seus desafios, ao final dos processos de modificações no corpo, foi a falta de legislação para que seus documentos fossem adequados à sua nova situação e servissem de respaldo a sua identidade de gênero. Não contando com um apoio jurídico para mudar seus documentos após passar pelos processos cirúrgicos, João continuou sendo submetido a episódios constrangedores, uma vez que sua documentação não era compatível com sua aparência e nem com a maneira como queria ser reconhecido socialmente.

– Dona Joana! – gritou o médico chegando à porta.

Todos os rostos convergiram para mim quando me levantei na sala de espera. Ouvi alguém sussurrar: “Chamaram Joana, não foi?” O pior, entretanto, seria agora, quando enfrentaria a cara do doutor, tentando explicar-lhe meu nome em desacordo com minha aparência. Que desgaste brutal e humilhante! (NERY, 1984, p. 107)

Os documentos públicos de identificação, muitas vezes, têm sua apresentação exigida como condição para o exercício de algumas relações sociais, ou mesmo como condição para o seu estabelecimento (comprar uma casa, negociar um empréstimo no banco, procurar atendimento em hospitais etc.). Pode-se, então, imaginar a fonte de estigma e constrangimentos que representa o registro civil ao atestar, taxativamente, situações que não mais condizem com a nova realidade de uma determinada pessoa, como ocorre com transexuais.

Apesar das mudanças físicas, tendo se constituído enquanto homem na aparência física e comportamental, em certa medida de acordo com os parâmetros dispostos pelas normas sociais de gênero, João Nery continuou preso ao lugar “entre mundos” que uma sociedade conservadora lhe diz pertencer, sendo empurrado ao espaço da anormalidade. O trecho a seguir, retirado de uma das autobiografias analisadas, revela sua situação após a realização das cirurgias.

– Mas por que não tira logo a sua certidão de nascimento?

A ideia já me ocorrera uma infinidade de vezes, mas eu não tinha noção do que seria necessário para concretizá-la. Além do mais, sentia uma mescla de medo e revolta por ter que praticar um ato ilegal devido ao atraso legislativo do país.

Selma me deu forças.

– O que você está esperando? Que mudem as leis? Bastam duas testemunhas e nós poderemos ir lá no cartório... (NERY, 1984, p. 227-228)

Quando conheceu Selma, mulher trans que passou por percalços semelhantes aos de João Nery, e ser indagado sobre a mudança da documentação, este resolve arriscar por conta própria e refazer sua certidão de nascimento na ilegalidade. Com um novo registro, a morte de Joana foi oficializada aos 27 anos, em detrimento do nascimento de João Walter Nery, 8 anos mais novo (seu registro lhe dava 19 anos), pelo fato de ainda não possuir barba e para dar credibilidade à história que foi contada no cartório. Esta nova documentação foi feita tendo como justificativa a perda total dos documentos.

Em consequência, toda a sua formação durante o tempo vivido enquanto Joana foi anulada, incluindo o currículo escolar e profissional, assim como a formação em Psicologia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), sendo submetido à posição de analfabeto. Buscando sobreviver e garantir que o seu espaço na sociedade fosse ocupado, João procurou trabalhar em funções que geralmente integram o que é disposto a um “universo social masculino”, exercendo os ofícios de pedreiro, pintor, vendedor, cortador de confecção de roupas e massagista de shiatsu (NERY; COELHO; SAMPAIO, 2016). Suas duas autobiografias (NERY, 1984; 2011) revelam parte da sua trajetória antes, durante e após a realização das cirurgias supracitadas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este livro é um grito e o dedico a todos os injustiçados (quer por motivos sociais, jurídicos, econômicos, políticos, físicos, emocionais, etc.), que lutaram ou ainda lutam por seus direitos, “se endurecendo, mas não perdendo a ternura jamais”.

Dedicatória do livro *Erro de Pessoa: Joana ou João?* (NERY, 1984)

Os jogos de identidades (HALL, 2014) com os quais nos engajamos cotidianamente trazem à tona construções identitárias múltiplas e moventes. Essa maleabilidade identitária ilustra como as fronteiras entre as identidades são porosas, abertas para

mudanças e transformações, individuais e temporárias.

No atual momento histórico brasileiro, no qual os discursos de ódio ganham espaço e são potencializados por aspectos conservadores e tradicionais de intolerância às diferenças, é preciso repensar as ações e estigmas com que a sociedade continua a encarar pessoas transexuais. A pesquisa realizada entre os anos de 2015 e 2016, pela rede Transgender Europe (TGEU), revelou que, num total de 295 casos de assassinatos de pessoas trans e gênero-diversas registrados entre 1 de outubro de 2015 e 30 de setembro de 2016 em 33 países, o Brasil ocupa primeiro lugar, com 123 dos casos, seguido de México (52), EUA (23), Colômbia (14) e Venezuela (14).

Dessa forma, conclui-se que as contribuições dos estudos de gênero, dos estudos trans e da teoria queer são suportes teóricos fundamentais para a reflexão sobre a transexualidade e suas temáticas transversais, permitindo uma abordagem do tema que transcende os discursos patologizantes que perduram. Pensar a trajetória de João W. Nery é refletir sobre a construção social de discursos e mentalidades, reforçando o que parece ter sido negligenciado por muito tempo: sua dimensão histórica.

REFERÊNCIAS

BENTO, Berenice Alves de Melo. **A reinvenção do corpo** - Sexualidade e gênero na experiência transexual. Rio de Janeiro: Garamond, 2006.

BORBA, Rodrigo. Linguística Queer: uma perspectiva pós-identitária para os estudos da linguagem. **Entrelinhas**, Universidade do Vale do Rio dos Sinos, 2006, p. 91 – 107.

_____. Narrativas orais e (trans)masculinidade: (re)construções da travestilidade (algumas reflexões iniciais). **Bagoas**. n. 06, 2011, p. 181 – 210.

BUTLER, Judith. **Problemas de gênero**: feminismo e subversão da identidade. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2017.

Conselho Federal de Medicina. (1997, 19 set.). Resolução no. 1482 de novembro de 1997. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF.

ECOSTEGUY, Ana C. D. Uma introdução aos Estudos Culturais. **Revista FAMECOS**, Porto Alegre, n.9, dez, 1998.

FOUCAULT, Michel. **A Ordem do discurso**. Tradução de Laura Fraga de Almeida Sampaio. São Paulo: Edições Loyola, 1996.

_____. **História da Sexualidade I**: A Vontade de saber. Tradução de Maria Thereza da Costa Albuquerque e J. A. Guilhon Albuquerque. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1988.

_____. **História da Sexualidade III**: o cuidado de si. Tradução Maria Thereza da Costa Albuquerque. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1985.

_____. **Microfísica do Poder**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1993.

GOFFMAN, Erving. **Estigma** – notas sobre a manipulação da identidade deteriorada. Rio de Janeiro: LTC Ed., 1988.

GREEN, James N; QUINALHA, Renan (orgs.). **Ditadura e homossexualidades**: repressão, resistência e a busca da verdade. São Carlos: EdUFSCAR, 2014.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Tradução Tomaz Tadeu da Silva, Guacira Lopes Louro. Rio de Janeiro: Lamparina, 2014

MATTELART, Armand; NEVEU, Érik. **Introdução aos Estudos Culturais**. Tradução de Marcos Marcionilo. São Paulo: Parábola Editorial, 2004.

NAPOLITANO, Marcos. **1964**: História do Regime Militar Brasileiro. São Paulo: Editora Contexto, 2014.

NERY, J. W.; COELHO, M.T.; SAMPAIO, L. L. João W. Nery - A trajetória de um transhomem no Brasil: do escritor ao ativista. **Periodicus**, Salvador, n. 4, v., 1 nov. 2015 - abr. 2016, p. 169-178.

POLLAK, Michael. Memória e identidade social. **Revista Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 5, n. 10, p. 200-215, jul. 1992.

SILVA, Tomaz Tadeu da. (Org.). **Identidade e diferença**: a perspectiva dos Estudos Culturais. 14ª ed. Petrópolis/RJ: Vozes, 2014.

TRINDADE, Mably. **Aspectos históricos do processo transexualizador no Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Gramma, 2016.

Agência Brasileira do ISBN
ISBN 978-85-7247-092-6

